



# 11º Encontro Internacional de Política Social<sup>1</sup> 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,  
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

---

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

## Perfil discente dos Institutos Federais: interseccionalidade e desigualdades educacionais

Layane Almeida Monte<sup>1</sup>

Camila de Holanda Marinho<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho, oriundo de pesquisa documental com abordagem quantitativa, analisa criticamente o perfil discente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), entre 2017 e 2024. A partir de uma abordagem interseccional, articula as dimensões de cor/raça, renda, sexo e faixa etária, fundamentando-se nas contribuições de Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene, Florestan Fernandes, Paulo Freire, entre outros. Os dados, obtidos através da Plataforma Nilo Peçanha, revelam um corpo discente majoritariamente negro, de baixa renda e jovem, com crescente presença feminina. Conclui-se a indiscutível imprescindibilidade da continuidade e fortalecimento da política de assistência estudantil, ações afirmativas e práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação e a formação humana integral.

**Palavras-chave:** institutos federais; perfil discente; interseccionalidade.

## Student Profile of the Federal Institutes: intersectionality and educational inequalities

**Abstract:** This study, derived from documentary research with a quantitative approach, critically analyzes the student profile of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) between 2017 and 2024. From an intersectional perspective, it articulates the dimensions of color/race, income, sex, and age group, drawing on the contributions of Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene, Florestan Fernandes, Paulo Freire, among others. The data, obtained from the Nilo Peçanha Platform, reveal a student body that is predominantly Black, low-income, and young, with a growing female presence. The study concludes that the continuity and strengthening of student assistance policies, affirmative action, and pedagogical practices committed to emancipation and integral human formation are unquestionably essential.

**Keywords:** Federal Institutes; student profile; intersectionality.

### 1. Introdução

A análise do perfil discente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) é relevante para a compreensão da diversidade do público atendido, bem como das dinâmicas de acesso, permanência e formação na educação profissional e tecnológica brasileira. Criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação representam uma das maiores estratégias do Estado

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Email: layanemonte@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia e professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Email: camila.marinho@uece.br

brasileiro na reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas à expansão e à interiorização do ensino técnico e superior no país. Contudo, para além dos números que evidenciam o crescimento das matrículas ao longo dos anos, surge a necessidade de conhecer e entender quem são os sujeitos que ocupam esses espaços institucionais, de que territórios provêm, quais marcadores sociais os definem e em que condições concretas de vida buscam realizar seus itinerários formativos.

Este artigo possui como principal objetivo analisar criticamente o perfil discente dos Institutos Federais (IFs) por meio de pesquisa documental com abordagem quantitativa de natureza interpretativa, cujos dados, derivados da plataforma Nilo Peçanha<sup>3</sup>, expressam a distribuição de matrículas nos Institutos Federais no período de 2017 a 2024, considerando as variáveis de cor/raça, faixa de renda familiar per capita, sexo e faixa etária. A análise desses dados é orientada por um referencial teórico crítico que articula a sociologia das desigualdades educacionais, a perspectiva interseccional, a sociologia das juventudes e estudos sobre políticas públicas educacionais.

Metodologicamente, os dados quantitativos expressos nos gráficos contidos neste artigo são tratados como elementos que revelam tendências estruturais e não como informações isoladas, de modo que cada dimensão analisada é compreendida em sua relação com as demais e com o contexto histórico, social, econômico e político mais amplo em que os Institutos Federais se inserem. A opção por uma análise interseccional, tal como proposta originalmente por Kimberlé Crenshaw, implica reconhecer que as categorias sociais de raça, classe, gênero e geração não operam de maneira autônoma, mas de forma simultânea e mutuamente constitutiva.

## **2. Perfil discente dos Institutos Federais de Educação: uma análise crítica**

O conceito de interseccionalidade, cunhado pela jurista e teórica crítica estadunidense Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980, constitui uma das ferramentas analíticas mais potentes para a compreensão das desigualdades educacionais contemporâneas, especialmente em contextos socialmente complexos como o brasileiro, onde as hierarquias de raça, classe e gênero se entrelaçam

---

<sup>3</sup> Ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).

historicamente de maneira densa e multidimensional. Assim, a perspectiva interseccional permite compreender que as categorias de raça, classe, gênero não devem ser analisadas como dimensões isoladas, mas que se combinam na produção de opressões, experiências sociais concretas e desiguais.

A sociologia crítica de Florestan Fernandes constitui referência complementar para a compreensão das relações entre educação, classe social e desigualdade no Brasil, especialmente por sua capacidade de revelar como o sistema educacional brasileiro historicamente funcionou como mecanismo de reprodução das hierarquias e desigualdades sociais (Fernandes, 1966). O referido autor denominou de dilema educacional brasileiro a tensão fundamental entre o discurso liberal da educação como veículo de democratização e mobilidade social e a realidade concreta de um sistema que, ao privilegiar as demandas das classes dominantes, perpetuou a exclusão das classes trabalhadoras, da população negra e dos grupos historicamente subalternizados.

Nesse sentido, Paulo Freire (2019) argumentou que a educação não é um ato neutro, mas sempre um ato político, que pode tanto servir à domesticação e à reprodução das relações de dominação quanto constituir-se em prática de liberdade, capaz de despertar nos educandos a consciência crítica sobre as realidades que conformam suas existências e de impulsioná-los a agir sobre o mundo com vistas à sua transformação. Dessa forma, cabe a reflexão se as práticas pedagógicas, os currículos e as culturas institucionais são capazes de dialogar com as experiências concretas de vida dos estudantes e o conjunto de opressões que marcam suas vidas ou se, ao contrário, tendem a reproduzir uma educação bancária que deposita conteúdos em sujeitos abstratos, ignorando as situações-limite que atravessam suas existências cotidianas e que condicionam profundamente suas possibilidades de permanência, de aprendizagem e de conclusão dos percursos formativos.

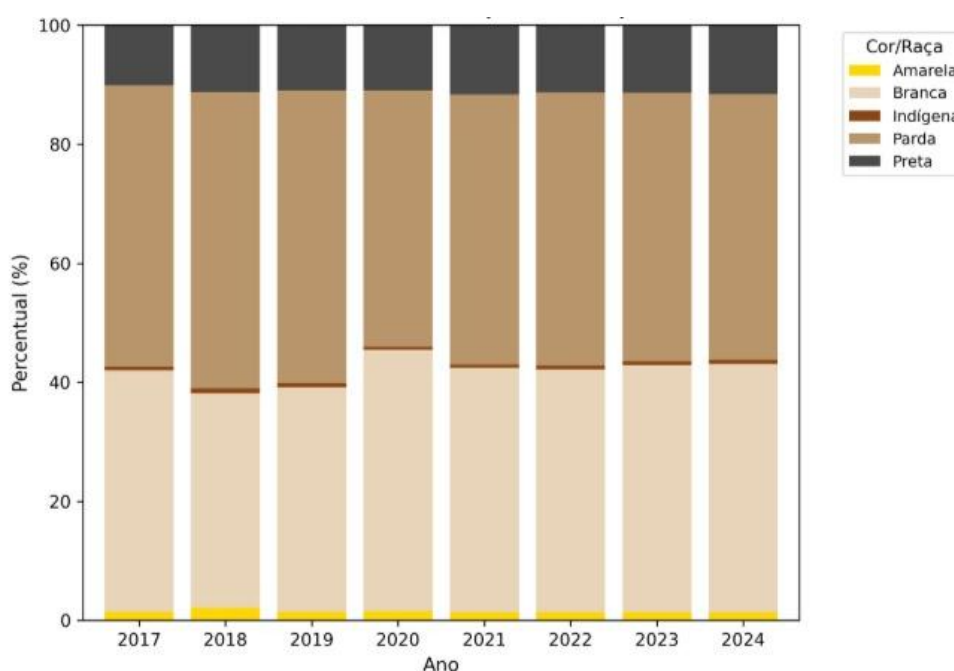
As vulnerabilidades vivenciadas pelos estudantes não são homogêneas, mas se interseccionam de formas complexas. A abordagem interseccional é essencial para desvelar essas especificidades e orientar a formulação de políticas públicas mais efetivas e justas. A instituição escolar deve assumir seu papel na desconstrução das desigualdades, reconhecendo as violências simbólicas que permeiam suas práticas e atuando ativamente para promover a inclusão e o respeito à diversidade. a apresentação e análise dos dados empíricos, que se segue, fornecerá os subsídios para conhecer e compreender o perfil dos estudantes atendidos.

## 2.1. Perfil racial e seus significados

Os dados referentes à distribuição de matrículas por cor/raça nos Institutos Federais de Educação no Brasil como um todo ao longo do período de 2017 a 2024, expressos no Gráfico 1 a seguir, revelam um quadro predominante de estudantes autodeclarados pardos e pretos, que em conjunto respondem pela expressiva maioria do corpo discente ao longo de todos os anos analisados. A categoria parda é a mais representativa, com proporção que oscila em torno de 40% a 45% do total de matrículas no período, enquanto a categoria branca aparece em segundo lugar.

A categoria preta representa uma parcela significativa e crescente ao longo dos anos, com proporção que se eleva progressivamente ao longo do período, o que pode refletir tanto o crescimento real das matrículas de estudantes pretos quanto o processo de crescente conscientização identitária e de autodeclaração racial que tem se verificado na sociedade brasileira, estimulado pelas políticas de ações afirmativas e pelo fortalecimento do movimento negro. As categorias amarela e indígena têm presença numérica expressivamente menor, mas não devem ser ignoradas na análise, uma vez que representam grupos com identidades e trajetórias específicas, cujas demandas institucionais são igualmente relevantes do ponto de vista da equidade.

**Gráfico 1-** Distribuição de Matriculados por Cor/Raça  
– Institutos Federais (2017–2024)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2026)

O crescimento expressivo das matrículas de estudantes negros nos Institutos Federais ao longo do período analisado se deve, entre outras ações, às políticas de ações afirmativas e ao impacto da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012), que estabeleceu reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas em instituições federais de ensino. Contudo, como argumenta Carla Akotirene (2019) em sua perspectiva interseccional, a presença numérica não é, por si só, garantia de inclusão substantiva, pois é necessário questionar acerca das condições em que os estudantes negros vivenciam sua experiência nos IFs, se as práticas pedagógicas são antirracistas, se os currículos contemplam perspectivas afro-brasileiras e indígenas, se há mecanismos efetivos de combate ao racismo e às discriminações no ambiente institucional. A permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes negros e indígenas dependem também da capacidade da instituição de descolonizar seus currículos, valorizar os saberes historicamente subalternizados e combater ativamente todas as formas de discriminação no cotidiano escolar.

Além disso, não pode prescindir da reflexão sobre o racismo estrutural como fenômeno que organiza as hierarquias sociais e educacionais no Brasil de maneira sistemática e historicamente constituída. Como demonstrou Almeida (2019) em suas análises sobre o caráter estrutural do racismo, este não se reduz a manifestações individuais de preconceito ou discriminação, mas constitui um sistema de dominação que se inscreve nas estruturas econômicas, políticas, culturais e institucionais da sociedade. A majoritária presença de estudantes pardos e pretos nos IFs, conjugada com os dados que revelam sua concentração nas faixas de renda mais baixa, evidencia que raça e classe operam conjuntamente na produção de vulnerabilidades que demandam respostas institucionais específicas, que vão muito além da simples garantia de acesso acadêmico e que precisam contemplar ações de permanência, combate ao racismo, valorização identitária e assistência estudantil permanente ao longo de toda a trajetória formativa.

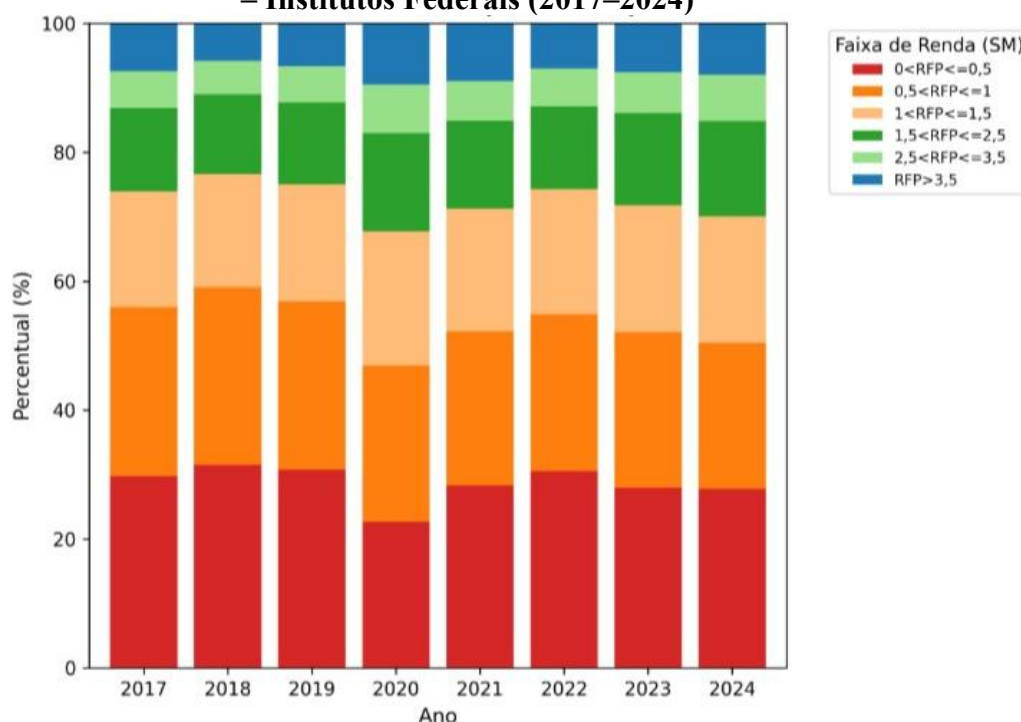
## **2.2. Renda e classe social: desigualdades estruturais**

Os dados sobre a distribuição de matrículas por faixa de renda familiar per capita nos Institutos Federais, apresentados no Gráfico 2, constituem evidência empírica muito contundente da dimensão de classe que atravessa o perfil discente dessas instituições, revelando uma concentração expressiva e persistente de estudantes oriundos das faixas de renda mais baixas ao longo de todo o período de 2017 a 2024.

A categoria de menor renda per capita, correspondente a até 0,5 salário mínimo, representada pela cor vermelha nos gráficos, responde por aproximadamente 28% a 32% das matrículas nos diferentes anos, configurando-se como a categoria de maior expressão relativa entre todas as faixas de renda analisadas. Quando se somam as duas categorias de menor renda, abaixo de 0,5 SM e entre 0,5 e 1 SM, esse percentual eleva-se para aproximadamente 55% a 60% do total de matrículas, evidenciando que mais da metade dos estudantes dos IFs no âmbito nacional vive em famílias com renda per capita de até um salário mínimo.

Esse dado é de enorme relevância para a avaliação das políticas de assistência estudantil, uma vez que expressa de maneira quantitativa a dimensão da vulnerabilidade socioeconômica que caracteriza o corpo discente dessas instituições. As categorias de renda mais elevada, com mais de 3,5 salários mínimos, têm presença percentual expressivamente menor, ainda que haja tendência de crescimento moderado nas séries mais recentes, o que pode refletir tanto a ampliação da diversidade social do público atendido quanto mudanças na composição da oferta de cursos superiores, que tendem a atrair públicos com maior renda em comparação aos cursos técnicos de nível médio.

**Gráfico 2- Distribuição de Matriculados por Faixa de Renda Familiar  
– Institutos Federais (2017–2024)**



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2026)

Como analisou Florestan Fernandes (1966), a educação pública brasileira foi historicamente estruturada de maneira a oferecer percursos distintos para os filhos das diferentes classes sociais, ou seja, enquanto as elites direcionavam seus filhos às melhores escolas privadas e às universidades de prestígio, os filhos das classes populares eram encaminhados para percursos formativos de menor duração e de caráter mais imediatamente funcional às demandas do mercado de trabalho.

A educação profissional, como afirma Manfredi (2002), foi historicamente identificada como o percurso destinado aos pobres, àqueles que precisavam aprender um ofício para sobreviver, em contraposição à educação propedêutica, reservada àqueles que tinham o privilégio de estudar para prosseguir nos percursos longos de formação intelectual. A expansão dos Institutos Federais, ao oferecer educação profissional gratuita e de qualidade para milhares de estudantes de baixa renda representa um avanço democrático significativo.

Assim, as políticas de assistência estudantil não podem ser concebidas como meros auxílios compensatórios, mas como direitos inalienáveis que garantem as condições materiais mínimas para o exercício do direito à educação (Arroyo, 2014). A alimentação, o transporte, a moradia e o apoio pedagógico são elementos fundamentais para mitigar as desigualdades de classe e garantir a permanência dos estudantes mais vulneráveis. É, portanto, imperativo que as políticas de assistência estudantil nos IFs sejam fortalecidas, diversificadas e adequadas às necessidades reais do corpo discente, garantindo não apenas o acesso formal, mas as condições concretas de permanência, aprendizagem e conclusão.

### **2.3. Questões de gênero e a maior presença de mulheres na educação profissional**

Os dados sobre a distribuição de matrículas por sexo nos Institutos Federais, apresentados no Gráfico 3, revelam uma tendência crescente de estudantes mulheres ao longo do período analisado, que constitui um dos fenômenos mais significativos da democratização de gênero no âmbito da educação profissional e tecnológica brasileira. Em 2017, a participação feminina nas matrículas dos IFs situava-se em torno de 46%, levemente abaixo do percentual masculino, configurando uma situação de quase paridade que já representava, em si mesma, um avanço histórico para um setor educacional que durante décadas foi marcado pela predominância masculina,

especialmente nos cursos técnicos das áreas de indústria e tecnologia. A partir de 2020, os dados evidenciam uma inversão consistente dessa relação, com as mulheres passando a representar a maioria das matrículas nos IFs, chegando a aproximadamente 55% a 56% do total em 2023 e 2024, o que representa uma mudança de perspectiva de enorme significado político e social.

**Gráfico 3 - Distribuição de Matriculados por Sexo  
– Institutos Federais (2017–2024)**



Fonte:

Plataforma Nilo Peçanha (2026)

Tais dados sobre a realidade discente dos IFs inscreve-se em um processo mais amplo de expansão do acesso das mulheres à educação no Brasil, que tem se verificado em todos os níveis do sistema educacional e que encontra no campo da educação profissional e tecnológica uma de suas expressões mais recentes e socialmente relevantes. Contudo, como argumenta Patricia Hill Collins (2022) a partir de sua perspectiva sobre a matriz de dominação, o simples aumento da presença quantitativa das mulheres em espaços institucionais não implica, necessariamente, a transformação das relações de poder que estruturam esses espaços. Uma educação que se pretende emancipatória precisa reconhecer e combater as formas de opressão de gênero.



### 3. Considerações finais

A análise interseccional do perfil discente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, realizada ao longo deste artigo a partir dos dados coletados e apresentados nos gráficos referentes ao período de 2017 a 2024, além do referencial teórico utilizado, permite concluir que essas instituições atendem, majoritariamente, sujeitos historicamente subalternizados cujas trajetórias de vida são marcadas pela pobreza, pela negritude, pelas desigualdades de gênero, dentre outras opressões. O crescimento expressivo das matrículas ao longo do período, a crescente participação das mulheres no ensino profissional, a maioria negra e parda como característica estrutural dessas instituições e a concentração esmagadora nas faixas de baixa renda são dados que compõem o retrato de um processo de democratização que é significativo, mas que permanece permeado por contradições e tensões que precisam ser investigadas e enfrentadas.

A democratização do acesso, embora inquestionavelmente importante, não se confunde com a democratização plena das condições de permanência, aprendizagem, pertencimento e êxito acadêmico, que continuam a ser determinadas, em larga medida, pelos marcadores sociais de classe, raça, gênero e território. Portanto, fica evidente que a análise do perfil discente dos Institutos Federais é um imprescindível indicador de avaliação e de orientação das políticas institucionais. Pois os dados da comunidade discente permitem identificar quem são os sujeitos que constroem esses espaços, quais são suas necessidades e demandas específicas e em que medida as práticas pedagógicas e as políticas institucionais vigentes são capazes de responder a elas de maneira adequada, suficiente e comprometida com os princípios de inclusão e de formação humana integral.

### Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.